



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

**Atena**
Editora
Ano 2021



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia: espaço, ambiente e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: espaço, ambiente e sociedade / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-784-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.847211412>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra: “**Geografia: Espaço, ambiente e sociedade 1**”, reúne essencialmente estudos que centram-se na temática da Geografia como ciência, em diferentes contextos e perspectivas. Por meio de pesquisas transdisciplinares, revela-se a constituição do espaço geográfico como sendo o palco das realizações humanas, passíveis de serem analisadas, catalogadas e classificadas pelas inúmeras especialidades da ciência geográfica.








Entre os temas abordados destacam-se processos de ensino e aprendizagem, trabalho informal, crescimento econômico x crescimento social, mobilidade, violência e ocupação urbana, conflitos agrários e criminalidade, patrimônio arqueológico e alimentar, fronteiras raciais, turismo, entre outros. Fruto de esforços de pesquisadores de diferentes regiões e instituições brasileiras, venezuelanas e mexicanas, o livro é composto por quinze capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, que entrecruzam distintos conceitos da Geografia e de outras áreas do conhecimento.







Nesse interim, o livro reflete o cenário de estudos recentes, contextualizados, e com aprofundamento científico para a área que se propõe. Além disso, seus capítulos se configuram com um contributo no entendimento da construção do espaço geográfico, suas nuances e contradições. Além disso, reforça a prerrogativa da Editora Atena, na publicação de obras que vão ao encontro da dinamização científica nas diferentes áreas do conhecimento.


Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GEOGRAFIA POÉTICA INDÍGENA DO LUGAR AMAZÔNICO	
Francisco Marqueline Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114121	
CAPÍTULO 2	14
A MAIOR IMPORTÂNCIA DE SE ENSINAR-APRENDER GEOGRAFIA NA ESCOLA SEGUNDO PROFESSORES E ESTUDANTES DE GEOGRAFIA	
Sérgio Luiz Miranda	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114122	
CAPÍTULO 3	28
A INFORMALIDADE NAS RUAS DE FEIRA DE SANTANA – BA	
Alessandra Oliveira Teles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114123	
CAPÍTULO 4	39
CAMPINAS, A CIDADE MAIS SURPREENDENTE DO BRASIL: ENTRE OS ÍNDICES METROPOLITANOS E AS LEIS MUNICIPAIS	
Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114124	
CAPÍTULO 5	53
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114125	
CAPÍTULO 6	71
MOBILIDADE URBANA: PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ (RMVRC)	
Maristene Amaral Matos Cornélio Silvano Vilarinho Neto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114126	
CAPÍTULO 7	82
OCUPAÇÃO URBANA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: O AVANÇO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI GAROPABA DO SUL	
Carolina Porto Luiz Geovan Martins Guimarães Bruna Cataneo Zamparetti José Gustavo Santos da Silva Juliano Bitencourt Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114127	

CAPÍTULO 8.....	95
UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA/REGIONAL DA PROVÍNCIA FLUMINENSE	
Valter Luiz de Macedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114128	
CAPÍTULO 9.....	109
VIOLÊNCIA URBANA E TRÂNSITO. ANÁLISE ESPACIAL DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ES	
Liziane de Oliveira Jorge	
Giovanna Souza Piassi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114129	
CAPÍTULO 10.....	123
ZONIFICACIÓN Y ORDENAMIENTO TURÍSTICO DEL CANTÓN ZAMORA- ECUADOR	
María Gabriela Suasnavas-Rodríguez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141210	
CAPÍTULO 11.....	135
CONFLITOS AGRÁRIOS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: BRAVOS CAMPONESES E A LUTA PELA(O) TERRA/TERRITÓRIO EM BALSAS NO MARANHÃO – BRASIL	
Vanderson Viana Rodrigues	
Eliezer Henrique da Silva Sousa	
Ademir Terra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141211	
CAPÍTULO 12.....	149
MEDIDAS PARA LA REDUCCIÓN DE LA VULNERABILIDAD DEL ACUEDUCTO RURAL DE POTOSÍ, PARROQUIA LA FLORIDA, MUNICIPIO CÁRDENAS, ESTADO TÁCHIRA, VENEZUELA	
Carmelina González Ramírez	
Betty Judith Ramírez Chaparro	
Sandra Yusbeth Bustillos Leal	
Karena Rodríguez Acero	
Cleomary Oliveros Oliveros	
Daniela Rey Romero	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141212	
CAPÍTULO 13.....	164
FRONTEIRAS RACIAIS E GENOCÍDIO DAS COMUNIDADES NEGRAS COVID-19	
Elinton Fabio Romão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141213	
CAPÍTULO 14.....	176
ALIMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Vandrezza Amante Gabriel	
Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141214>

CAPÍTULO 15..... 187


INVESTIGAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE OS DADOS DO ENA (ENERGIA NATURAL AFLUENTE) PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE MULTIVARIADA, COMO FATOR RELEVANTE DE ANÁLISE DA CRISE HÍDRICA

Débora Gaspar Soares

Glenda Rafaela de Sousa Quirino

Juliana da Fonseca Meira

Mariana Torres Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141215>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 199

ÍNDICE REMISSIVO..... 200

FRONTEIRAS RACIAIS E GENOCÍDIO DAS COMUNIDADES NEGRAS COVID-19

Data de aceite: 01/12/2021

Elinton Fabio Romão

Graduando em Geografia na Universidade Federal Fluminense, participa do Programa Desenvolvimento Acadêmico

RESUMO: O presente artigo busca articular os dados da atual pandemia de COVID-19 e aumento da pobreza devido a grave crise econômica e sanitária com a construção histórica de uma classe trabalhadora super explorada, empobrecida; Racializada primeiro por um sistema raça/trabalho na invasão das Américas e mantidos por sistemas de ressignificação de subalternidades o que a vulnerabiliza frente a pandemia gerando maior letalidade nesse grupo social que nos demais.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo, trabalho, pandemia.

RACIAIS FRONTEIRAS E GENOCÍDIO DAS BLACK COMMUNITIES COVID-19

ABSTRACT: This article seeks to articulate the data of the current COVID-19 pandemic and the increase in poverty due to the serious economic and health crisis with the historical construction of an overexploited, impoverished working class; Racialized first by a race/work system in the invasion of the Americas and maintained by systems of ressignification of subalternities, which makes it vulnerable to the pandemic, generating greater lethality in this social group than in others.

KEYWORDS: Racism, work, pandemic.

INTRODUÇÃO

O atual quadro da pandemia de COVID-19 no qual chegamos a 576.645 pessoas falecidas pela contaminação, dados do dia 25 de agosto de 2021, que teve em seu dia anterior 835 pessoas vieram a óbito, com a média dos últimos sete dias período que apresenta uma média de 730 mortes por dia, a menor média desde a semana do dia seis de janeiro. Diante do quadro de tamanha letalidade alcançada pela pandemia em pouco mais de um ano, e a inoperância do governo, houve a necessidade de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 27 de abril de 2021, para investigar omissões e irregularidades nas ações do governo.

Alguns grupos de estudos foram convocados para exemplificar aos parlamentares os impactos da pandemia; Informações veiculadas pela Agência Senado (2021) revelam que estudos do grupo Alerta (2021) demarcam o destaque negativo que o Brasil teve na pandemia global, sem o controle, ou pelo menos o conhecimento, da propagação do vírus, sem fornecimento de equipamentos básicos ao sistema de saúde. Faltaram desde equipamentos de proteção individual, os respiradores, ventiladores, leitos hospitalares, falta de oxigênio, a não entrega dos hospitais de campanha e a desmontagem do pouco que foi construído no meio da pandemia, as acusações de superfaturamento em todos esses processos.

Os estudos do grupo Alerta ainda revelam que das 305 mil mortes registradas no primeiro ano de pandemia, de março de 2020 a março de 2021, em torno de 120 mil poderiam ter sido evitadas se as medidas de distanciamento social, uso de máscara, uso de álcool em gel tivessem sido melhor implementadas, essas medidas reduziriam em 40% a transmissão do vírus. Embora em fevereiro de 2020 mudanças na legislação autorizaram o governo a mobilizar recursos e ampliou o orçamento público, no fim do mesmo ano o Ministério da Saúde havia executado apenas 60% do seu orçamento. Os baixos recursos para pesquisas científicas e o discurso público de membros do governo contra a ciência e ao conhecimento científico, diminuindo e menosprezando os impactos da pandemia.

O grupo revela ainda que a não testagem em massa da população, até novembro de 2020, apenas 14% da população teve acesso a testes de COVID-19 (ALERTA, 2021), ou seja, nunca se teve a real dimensão das formas que o vírus se espalhou e dos níveis de contaminação, já que o próprio número de contaminados só é computado as pessoas que se submetem ao teste voluntariamente ou as que dão entrada em um hospital com sintomas graves, logo as pessoas que não desenvolvem sintomas ou vem a óbito antes de entrar em um hospital ficam de fora das estatísticas.

O acesso à rede de saúde, ou a diferença do acesso, se deu pela renda; Pessoas com renda maior que quatro salários mínimos consumiram quatro vezes mais testes do que as pessoas que recebem meio salário mínimo (ALERTA, 2021)., demonstrando o claro recorte de classe da sociedade brasileira no que se refere a acesso a rede de saúde, e como no Brasil classe tem fortes implicações raciais.

A agência Senado recorreu ainda aos estudos do grupo EPICOID19 (2021), que demonstram que o Brasil tem 2,7% da população mundial concentrando 13% das mortes no mundo, no dia 23 de agosto de 2021 33% das mortes mundiais ocorreram no Brasil, se o Brasil estivesse na média mundial quatro em cada cinco mortes poderiam ter sido evitadas; Ou seja, 400 mil mortes não teriam ocorridos, aqui morreram em média 2.345 pessoas para cada milhão de habitantes enquanto a média global é de 494 pessoas, se configurando no pior quadro quando comparados os dez países mais populosos do mundo. No recorte de renda os estudos indicam que os 20% mais pobres tem o dobro de chance de contaminação que os 20% mais ricos. Quando se faz o recorte racial para os níveis de exposição ao vírus foi de 7,8% dos entre os indígenas tiveram, 4,5% dos pardos, 3,6 dos negros, 3,6% dos amarelos e apenas 1,7% dos brancos. Para o EPICOID19 A demora na compra da vacina, fruto da não participação ou entrada tardia nos acordos internacionais e discursos de membros do governo contra as pesquisas e produção de determinados países pode ter provocado entre 95,5 e 145 mil mortes.

Outro levantamento de quando a pandemia completou um ano é de Oliveira (2021) ao relembrar as falas do atual presidente do Brasil. Em nove de março de 2020 o presidente classificou a pandemia como um caso “Superdimensionado”, tínhamos 25 casos acumulados e 0 mortes. No dia 26 de março ele disse que “Brasileiro pula em esgoto e não

acontece nada” contabilizamos 2.915 casos acumulados e 77 mortes. Em 28 de abril: “E daí, quer que eu faça o que? – 72.149 casos acumulados e 5.050 mortes. Chegamos em 19 de maio com 271.628 casos acumulados e 17.971 mortes, o presidente declarou que: “Cloroquina” e “Tubaína” –ao fazer referência a Cloroquina remédio que comprovadamente não tem resultados benéficos no combate à COVID-19, mas o próprio presidente receitava para os seus seguidores; Para aqueles que não quisessem tomar Cloroquina, chamados de esquerdistas, o presidente recomendava tubaína, uma técnica de tortura.

No meio do ano 2 de junho em meio a 555.383 casos acumulados e 31.199 mortes disse: “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”. Em 7 de julho: “É como uma chuva, vai atingir você”, 1.668.589 casos acumulados e 66.741 mortes. No dia 10 de novembro, “País de maricas”, 5.700.044 casos acumulados e 162.829 mortes. No final do ano, 17 de dezembro “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso”, 7.110.434 casos acumulados e 184.827 mortes. No início de 2021 em cinco de janeiro, “O Brasil está quebrado. Eu não consigo fazer nada”, 7.810.400 casos acumulados e 197.777 mortes e em 22 de janeiro, “Não está comprovada cientificamente” disse Bolsonaro sobre Coronavac – 8.753.920 casos acumulados e 215.243 mortes.

Essas falas, presidenciais, feitas em atos públicos, que articulamos a que “um ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação” (Bourdieu pud AGUIÃO, 2018). O uso desses espaços de construção de representação nos mostra o modo como o Estado se faz mais Estado, ou se faz menos Estado, a ocupação desses espaços é realizada por poucos sujeitos, e essas disputas, de poder, são feitas por meio da mobilização de diferentes capitais, fazem-se com o corpo, com a cor/raça, com diferentes performances de gênero (AGUIÃO, 2018). Para quem, ou com quem, o presidente dialoga, quando faz essas falas, que imagem o Estado projeta de si, para nossa análise é uma imagem héteronormativa e cristã. Historicamente essa lógica, articulada à lógica militar, organiza de forma militarizada as formas de vida e de governo invisibilizando, precarizando e eliminando outros modos e meio de vida, servindo de elemento de significação e ressignificação de quem é e de quem não é cidadão, se configurando como um método de estabelecer subalternidades.

A FACE ATUAL DO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA

Para desenharmos o quadro dessas ressignificações de subalternidades, no quadro atual da pandemia global de COVID-19 recorreremos aos estudos de Flauzina, no texto *Fronteiras Raciais do Genocídio* (2014); Vamos recorrer primeiro ao termo genocídio: O termo genocídio, cunhado pelo jurista judeu Rafael Lemkim, baseado nos impulsos colonialistas e imperialistas alemãs que levaram a Segundo Guerra Mundial. Esses impulsos provenientes e conectados a tradição filosófica da que se dedicou sobre a moralidade da colonização europeia desde a invasão e dominação das Américas no século XV, a destruição do padrão

do oprimido e a imposição do padrão do opressor se configurando como um plano de diferentes ações coordenadas que visam à destruição dos elementos essenciais à vida de determinados grupos, elementos políticos, sociais e econômicos. Não se restringindo assim a esfera apenas da eliminação da vida, mas englobando toda uma dimensão cultural.

Recorremos agora à fronteira: Na invasão das Américas foi constituída uma fronteira racial baseada em um sistema raça/trabalho (QUIJANO, 2005); Onde os brancos pobres ocupando o trabalho assalariado, os indígenas que sobreviveram as guerras e epidemias foram colocados em um sistema de servidão, a população negra seqüestrada no continente africano relegada a escravidão. Essas fronteiras apresentavam certas porosidades e mobilidades, porém nada, nem mesmo a renda ou sistemas de alforria e a cooptação intelectual e política, eliminava o privilégio social de ser branco. Então a centralidade da cor e do corpo, e quanto mais distante do que remetesse ao continente africano, mais fácil seria a sua aceitação social.

Esse sistema será constantemente ressignificado pelos aparelhos hegemônicos do poder. Todo o aparato político-jurídico que se manifesta em forma de leis, a igreja, a escola, os manuais de urbanidade e os mapas. Se ergue uma cidade letrada, das constituições que estabeleciam filtros de humanidade para estabelecer quem era digno de ser cidadão e quem não o era;

Se no auge do catolicismo o negro podia ser escravizado por ser sem alma e que por meio do trabalho alcançaria a graça dos céus, com a queda do poder da Igreja este passará a ser, com as graças das ciências, o inumano. No advento do liberalismo e do trabalho livre, agora mediado pela relação trabalho/salário subalternizado, em um país super populoso o que pressiona para baixar o preço pago pela mão-de-obra, mais uma vez por ser reclassificado como o inapto ao trabalho livre. Esse trânsito que se inicia com invenção do negro colocado como quilombola, capoeira, sambista, funkeiro, favelado modos e meios de marginalizar os seus corpos, lugares, meios e modos de vida.

A criminalização como técnica de controle institucionalizada, sistemática e silenciosa ao se camuflar nas leis e discursos praticados pelo poder constituído, são reclassificações de sistemas de subalternização que precarizam e vulnerabilizam as populações negras diante da atual pandemia.

Se a Coroa portuguesa em 1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (BRASIL, 2003). A não exigência pela lei de existência de instrumentos técnicos seja de ranchos, que demonstraria uma permanência no mesmo lugar; ou de pilões, indicando meio de produzir e processar de maneira sistemática o alimento. Coloca apenas na presença do corpo negro do escravizado a necessária justificativa para a punição; Logo, esse corpo, negro, que antes mesmo de produzir-se e reproduzir-se, ele é espaço e ocupa um lugar no espaço (HAESBAERT, 2020).

Revela uma prática social determinante-determinada (LEFEBVRE, 2006)

“propriedade” cultural que deve ser controlada e eliminada por relações de poder e dominação. Investimento político em sistemas de sujeição para sua utilização econômica, o corpo produtivo é o corpo submisso (FOUCAULT, 1984), lhe impondo condições de vida e trabalho precárias.

A cor presume esse corpo, usado, super explorado, precarizado e literalmente consumido pela pobreza e pela fome, na má nutrição (QUIJANO apud HAESBAERT, 2020). O controle, o castigo, a repressão, os massacres tem no corpo negro a sua centralidade e violência é a forma de linguagem da Coroa, do Império, da República, nas idas e vindas de ditaduras e regimes democráticos.

LEI DE TERRAS 1850 E A NÃO TITULAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS E QUILOMBOLAS

Esse corpo para ser subalternizado pelos sistemas de sujeição, não pode acessar meios que garantam a sua liberdade; Leis que impediam o acesso á terras, Lei de Terras 1850, ao estabelecer “que só poderia ser dono de uma terra quem comprasse ou recebesse em doação do governo. Com isso, impediu-se que posseiros livres, como os quilombolas, pudessem ser oficialmente donos das terras que ocupavam.” (BRASIL, 2011).

Concordamos com Gassen que: “Distribuir terra é distribuir poder, é distribuir poder tanto econômico quanto político.” (GASSEN, 1994, p. 21), a propriedade privada é uma estrutura o poder político e jurídico, a igualdade teórica da lei se reconfigura em uma desigualdade prática, a propriedade privada é poder privativo, poder de privar os outros dos meios mínimos à condição de manutenção da vida, forçando-os a vender a sua força de trabalho pelo valor que o proprietário quiser pagar. A retirada da terra e do trabalho digno se revela como uma dupla despossessão (HARVEY, 2009).

A propriedade é esse poder privado, que é absoluto, exclusivo e permanente, sendo economicamente determinante, a classe dominante no Brasil tem plena noção disso e o mantém por meio da concentração de terra usando de violência. A propriedade esvaziada de função social alimenta e contrasta com o êxodo rural apresentado pelo Brasil durante muitas décadas.

Em 1940 tínhamos no Brasil uma população rural de 28,4 milhões e urbana de 12,8 milhões. Assim 69% do total da população viviam no campo e 31% nas cidades. Cinco décadas depois, em 1990, a população rural é de 35 milhões, enquanto a urbana cresceu para 105 milhões. No total, 25% agora residem no meio rural e 75% no urbano. (GASSEN, 1994, p.25)

A concentração de terra se mostra em todos os estados brasileiros, em todos os 10% dos maiores imóveis rurais detêm mais de 50% da área agricultável do estado. E em seis estados e no região chamada Matopiba (região de fronteira entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e os 10% maiores imóveis rurais detêm mais de 70%

da área agricultável (PINTO et al, 2020).

No ano de 1950 51,9 milhões de pessoas, com 32,2% vivendo em áreas entendidas à época como urbana, e 63, 2% vivendo em áreas rurais. Nos ano de 2010, aproximadamente 190,7 milhões, 84,3% da população vivendo em áreas urbanas e apenas 15,6% em áreas entendidas como rurais (EMBRAPA, 2017).

Em 2015, as estimativas de migração mostraram que as pessoas não naturais em relação à Unidade da Federação de residência somavam um contingente de 31,4 milhões, representando 15,3% da população do País. Em relação ao município de residência, o contingente de pessoas não naturais foi de 78,3 milhões, ou seja, 38,2% da população (PNAD, 2015, p.41)

As áreas consideradas urbanas correspondem a menos de 1% (0,63%) do território nacional (EMBRAPA, 2017). A renda domiciliar per capita média da população urbana, que é de R\$ 882,60, é quase duas vezes maior do que a da população rural, de R\$ 312,70 (IPEA, 2010). A escolaridade nos centros urbanos também é maior do que nas áreas rurais: 60% da população urbana com mais de 18 anos possui o ensino fundamental completo, contra apenas 26,5% da população rural (IPEA, 2019), ou seja o espaço urbano, mesmo extremamente concentrado e precário ainda apresenta condições de vida que podem ser entendidas como melhores que as fornecidas pelo espaço rural.

O estado do Rio de Janeiro tem a segunda maior região metropolitana do país e a quinta com maior densidade demográfica, tendo na cidade de Nilópolis, localizada na Baixada Fluminense a maior densidade demográfica nacional, com 158.309 pessoas ocupando menos de 10km²; E a capital do estado à cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior cidade do país (EMBRAPA, 2017).

O atual momento político se mostra esvaziado da velha tática das forças políticas conservadoras que no discurso admitia a necessidade da reforma agrária, mas a negava na prática. Como mostrado pelo TV Folha, no documentário *A ascensão dos sem terra de direita* (2020), na atualidade o discurso hegemônico nega a reforma agrária e a titulação das comunidades quilombolas e consegue voltar pessoas estão na luta pela propriedade da terra contra as terras já demarcadas para as comunidades indígenas; posturas essas que dialogam com o discurso do presidente da República ao afirmar que: “muita terra para pouco índio, a minha decisão é não demarcar terra para índio”. Ou seja, os aparelhos hegemônicos conseguem deixar o latifúndio e toda a concentração de terra fora da discussão.

A DESIGUAL DO ESPAÇO APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

A apropriação desigual do espaço mediada pela relação trabalho/salário inviabiliza para os subalternizados o acesso as condições promotoras da saúde, lembramos que “o espaço não é um reflexo da sociedade, ele é a sociedade” (BERGER *apud* OLIVA, 1999, p.36), essa população que não consegue arcar com os custos de moradia no tecido

urbano, vai construir suas moradias nos locais em que o custo de construção inviabiliza para o sistema regular de produção de moradias, os fundos de vale, os altos dos morros, locais de risco frente as dinâmicas ambientais e atribuídos a locais de difícil acesso para o fornecimento de políticas públicas básicas, como água encanada, coleta de esgoto, coleta de lixo desenhando um espaço urbano como nos mostra Correa (1989):

“O espaço urbano capitalista - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social - cheio de símbolos e campos de lutas é um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato” (CORRÊA, 1989, p. 11).

Identificar os agentes que produzem e consomem espaço buscar a apreensão totalizante dos fenômenos sócio-ambientais que seja capaz de sustentar transformações efetivas da realidade (OLIVEIRA; REIS, 2011) que seja a função de uma geografia crítica. Revelar as relações sociais, que em nossa análise é entender o racismo é uma ideologia que funciona como estratégia de poder de uma parte determinada da sociedade que por força de mecanismos de persuasão - a igreja, a ciência, meios de comunicação - precisa ver correspondidas suas necessidades imediatas, expectativas e desejos e que essas são construções sociais e históricas (ARENDRT, 1998) que determinam “[...] aqueles que não são adequados ou são indesejáveis para uma determinada projeção ou idéia de Estado com a qual se está operando” (AGUIÃO, 2017, pág. 6).

Por meio da ideologia, esses agentes, que tem o poder de criar uma crise de escassez, que pode se referir a qualquer coisa; Escassez de terra, escassez de água, de moradia, de alimento, de serviços básicos, cria desse modo um constante estado de necessidade que demandam medidas de segurança e controle que terá nos corpos negros - empobrecidos e precarizados - e nas suas práticas sociais, principalmente aquelas que remetam ao trabalho e a circulação pela cidade a centralidade das suas ações, autosegregação, seja nos shoppings ou condomínios para os que podem arcar com os custos de morar nas cidades e a segregação para os demais que estão desenhando uma cidade uma cidade (i) legal, nas margens do poder constituído, mas nunca fora dele; A favela e os cortiços estão integrados e a serviço do sistema capitalista, servindo como o meio de reprodução mais barato para uma classe trabalhadora superexplorada.

Esses espaços tornados inadequados à moradia pelo poder público - ao não fornecer serviços básicos adequados, que muitas vezes é o não fornecimento de transporte público, ou um transporte que só se aplica para levar e trazer do trabalho, negando a essas pessoas acesso aos espaços de lazer da cidade - por isso é importante para a ciência geográfica se debruçar sobre os espaços de poder e de representação - onde se manifestam os interesses dos agentes que consomem e produzem espaço, fornecendo meios para a territorialização do capital. Buscando deste modo uma melhor compreensão das escalas

e espacialidades dos fenômenos, sendo assim, para uma melhor compreensão da própria formação socioespacial, e como essa se manifesta para essas populações empobrecidas como política pública, seja nos megaempreendimentos desenvolvimentistas, que abarcam o discurso do emprego, seja nas políticas públicas de reconhecimento e/ou redistributivas, que geram sujeitos portadores de direitos.

Esse quadro geográfico que buscamos desenhar, objetiva demonstrar a condição histórica e social que tem na criminalização como técnica de controle institucionalizada, sistemática e silenciosa ao se camuflar nas leis e discursos praticados pelo poder constituído, reclassificações de sistemas de subalternização que precarizam e vulnerabilizam as populações negras, empobrecidas, e seus locais de moradia, precarizados, diante da atual pandemia.

QUAIS POLÍTICAS, PARA QUAIS SUJEITOS

Quando o governo no início da pandemia, ainda em março de 2020, estabelece a liberação de 10 bilhões de reais para planos de saúde, com o objetivo de reforçar a sistema de saúde no combate a pandemia (ISTOÉ, 2020); Mas, por outro lado, ao longo do ano de 2020 executou apenas 60% do orçamento do liberado para o combate a pandemia pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (TESOURO TRANSPARENTE, 2021). O SUS atende a maior parcela da população, em torno de 162 milhões ou aproximadamente 77% do total, e destes 68% são de negros (GUIMARÃES, 2020) lembrando que 56% da população brasileira é composta de pessoas negras e pardas, os planos de saúde detêm 56% dos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo para atender 23% da população que têm plano de saúde podem e devem, se assim desejarem, ser atendidas pelo sistema público, e historicamente o procuram em processos de maior complexidade que não são cobertos pelo plano e/ou para fugir dos altos custos financeiros (GUIMARÃES, 2020).

A maior vulnerabilização dessa classe trabalhadora gerada pela estrutura jurídica-institucional para a flexibilização dos direitos sociais, desregulamentação das relações de trabalho, privatizações e todo um campo de discurso político midiático criado para o convencimento público das necessidades de tais medidas, adotadas no Brasil principalmente a partir da década de 1990, mas que teve nos últimos governos com a liberação da livre negociação entre funcionários e patrões e a liberação de terceirização da atividade fim da empresa, o que acentuou a precarização dos vínculos trabalhistas, com um grave aumento das desigualdades econômicas e sociais devido ao aumento do trabalho autônomo e pet-time (ANTUNES, 1999). Trabalhos precarizados que não oferecem plano de saúde, ou se oferecem, apenas planos básicos. Uma massa de trabalhadores que recebem por diária, não podendo se ausentar do trabalho sem perda direta de recursos financeiros, que tiveram que se submeter ao risco da doença para não passar fome, distanciamento social e quarentena, únicas medidas adotadas para conter a pandemia, ou os baixos valores

de auxílio financeiro fornecidos pelo governo insuficientes para repor as perdas pela paralização das atividades econômicas (GIOVANAZ, 2021).

A população branca tem duas vezes mais acesso aos planos de saúde (31,3%) que a população negra (15,2%), que para nossa análise se refere ao histórico acesso diferenciado, racializado, ao mercado de trabalho. Em uma sociedade capitalista tal fato que se reflete como acesso diferenciado, à educação e ao sistema de saúde as condições de alimentação, moradia e possibilidades de circulação pelo espaço. O número de brasileiros vivendo na pobreza triplicou durante os últimos quatro anos, o país já vinha em um quadro de crise econômica, agravado pela pandemia, o que colocando o país novamente no mapa da fome o país chegou a 23,3 milhões de pessoas, 11,2% da população, em fevereiro de 2021 (FGV, 2021). Essa diferenciação se manifesta no registro de óbitos da COVID-19, o Brasil registra 250 óbitos por 100 mil habitantes, quando se trata da população branca cai para 140 óbitos por 100 mil (PECHIN, 2020).

Então fica claro que ao favorecer os planos de saúde o governo está determinando quais vidas lhe são prioritárias; O Estado mobiliza, o que Araújo (2019) chamou de racismo camaleão, que gerou o negro e suas sociabilidades como um problema espacial, demarcando mais uma vez a constituição política e econômica da zona do não ser (ARAÚJO, 2019). Lembramos que no fim do século XIX quando a recém fundada República concentrou esforços em combater a febre amarela que vitimava pessoas brancas, principalmente migrantes europeus, enquanto a doença que realmente assolava a população, e vítima até hoje as pessoas negras é a tuberculose (CHALHOUN, 2017) que não teve, e não tem, o mesmo empenho no combate, priorizar o atendimento em políticas que deveriam ser públicas, mas se manifestam como políticas de governo (AGUIÃO, 2018) prioriza um grupo social em detrimento de outro demarcando mais uma vez as fronteiras raciais do genocídio.

Os dados do último Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, produzido no período de 20 à 26/09, sobre os óbitos provocados pela pandemia, demonstra que a cor parda (51.042; 36,8%) a mais frequente, seguida da branca (45.233; 32,6%), preta (7.617; 5,5%), amarela (1.597; 1,1%) e indígena (563; 0,4%) (BRASIL, 2020). Quando somados todas as categorias de cor ficam faltando 23,6% que estão nas categorias ignorados e sem informação. O quesito raça/cor entrou como dado para o sistema saúde em 1990, o que demonstra a baixa adesão dos estados o à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o racismo institucional nos órgãos.

CONCLUSÃO

O presente artigo trouxe uma articulação dos sistemas de ressignificação das subalternidades com o sistema de trabalho; processo que se inicia na invasão das Américas com a relação raça/trabalho que por sistemas de ressignificação permanece pós abolição pelo sistema salário/trabalho onde as populações negras continuaram relegadas

as funções com menor rendimento, logo dificultando ou impossibilitando o acesso à terra, acesso à moradia de qualidade, a uma boa alimentação e acesso ao próprio sistema de saúde.

Quadro que vulnerabiliza as populações negras e empobrecidas frente a pandemia de COVID-19, apresentando um quadro maior de risco à contaminação devido as condições precárias de trabalho e de maior mortalidade devido a não adequação do sistema de saúde pública para enfrentar uma pandemia, enquanto o governo liberou recursos para os planos de saúde o que em nossa análise demarcou mais uma vez os corpos negros, consumidos no trabalho, e suas sociabilidades a uma zona do não ser, estado de precarização das condições da vida que gera um constante estado de necessidade que permite aos blocos hegemônicos obilizar discursos de crise que corrobora para o racismo institucional que regula as fronteiras raciais do genocídio frente a pandemia de COVID-19.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Sílvia. **Fazer-se no Estado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018

AGÊNCIA SENADO. Pesquisas apontam que milhares de mortes por covid poderiam ter sido evitadas no Brasil. 24/06/2021 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil>
Acesso em: 31/08/2021

ARENDDT, Hannah. (1949). **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARAÚJO, D. Inscrição espacial do racismo e do antirracismo: A 'Pequena África' como forma espacial de descolonização da área central portuária do Rio de Janeiro. **XII ENANPEGE**, 2019.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Movimento Quilombola no Oeste do Pará. Ed. Alho e Nascimento Ltda, 2011. Disponível em: <https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2015/10/cartilha-QUILOMBOLAS-montada-1.pdf>. Acesso em 30/08/2021

BRASIL, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, EMEI nº 58 de Em 20 de novembro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/exm/2003/emi58-ccv-minc-mda-seppir-03.htm. Acesso em: 30/08/2021

CHALHOUB, S. **Cidade Febril**. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Coronavirus Brasil. Dados de casos e mortes da Covid 19. **COVID SAÚDE**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> acesso em : 29/07/2020

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

EPICOVID19. EPICOVID19-BR divulga novos resultados sobre o coronavírus no Brasil. Universidade Federal de Pelotas Disponível em: http://www.epicovid19brasil.org/wp-content/uploads/2020/09/press_release_6.pdf Acesso em: 06/09/2021

EMBRAPA, 2017, Mais de 80% da população brasileira habita 0,63% do território nacional. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional#:~:text=As%20%C3%A1reas%20consideradas%20urbanas%20no,urbanas%20j%C3%A1%20feito%20no%20Pa%C3%ADs>. Acesso em: 06/09/2021

FLAUZINA, A. L. P. As fronteiras raciais do genocídio. *Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília*, v. 1, n. 1, p. 119-146, 1 jan. 2014.

FGV SOCIAL. QUAL FOI O IMPACTO DA CRISE SOBRE A POBREZA E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA? Centro de Políticas Sociais. Disponível em: <https://cps.fgv.br/fgv-social-divulga-dados-ineditos-sobre-o-aumento-da-pobreza-e-da-desigualdade> Acesso em: 06/09/2021

GIOVANAZ, Daniel. Auxílio insuficiente e próximo do fim impõe urgência sobre “novo Bolsa Família”. **Brasil de Fato**. 04/08/2021 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/04/auxilio-insuficiente-e-proximo-do-fim-impoe-urgencia-sobre-novo-bolsa-familia>. Acesso em: 06/09/2021

GUIMARÃES, C. Especialistas analisam a disponibilidade de leitos no país e discutem possibilidades. **EPSJV/FIOCRUZ**, 08/05/2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/especialistas-analisam-disponibilidade-de-leitos-no-pais-e-discutem-possibilidades> . Acesso em: 15, setembro de 2020

HAESBAERT, R. (2020). DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. **GEOgraphia**, V. 22, n. 48: Jan./jun. 2020, p. 22(48).

ISTOÉ. Planos de saúde terão R\$ 10 bilhões da União. *Economia*, 20 de março de 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/planos-de-saude-terao-r-10-bilhoes-da-uniao/> . Acesso em: 06/09/2021

IPEA, 2019 EDUCAÇÃO: CONTRASTE ENTRE O MEIO URBANO E O MEIO RURAL NO BRASIL. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9661/1/BRUA21_Ensaio5.pdf Acesso em: 06/09/2021

WERNECK, Guilherme Loureiro et al. Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil. **IDEC**, Junho de 2021. Disponível em: http://idec.org.br/sites/default/files/mortes_evitaveis_por_covid-19_no_brasil_para_internet_1.pdf Acesso em: 30/08/2021

PECHIM, Lethicia. Pretos e pardos também têm mais chance de ser infectados e correm maior risco de hospitalização. Faculdade de Medicina/UFGM, 2020. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/acesso> em: 06/09/2021

OLIVA, Gabriela. 251 mil mortes por covid: Relembre as falas de Bolsonaro sobre a pandemia. **PODER 360**. 26 de Fevereiro de 2021, Disponível em: <https://www.poder360.com.br/1-ano-de-covid-no-brasil/251-mil-mortes-por-covid-relembre-as-falas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/>. Acesso em 30/08/2021

Pesquisa nacional por amostra de domicílios : síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf> Acesso em: 31/08/2021

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TESOURO TRANSPARENTE, Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19 Agosto de 2021 Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> . Acesso em: 01/09/2021

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise 3, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 28, 29, 39, 40, 41, 42, 45, 48, 50, 62, 73, 85, 86, 90, 93, 96, 97, 98, 101, 107, 109, 112, 115, 117, 119, 121, 136, 137, 139, 140, 147, 166, 170, 172, 173, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Aprender 14, 15, 19, 20, 21, 25

Aprendizagem 16, 19, 25, 177, 184, 199

Avaliação 59, 86

B

Brasil 16, 25, 27, 28, 29, 37, 38, 39, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 67, 70, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 85, 87, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 121, 135, 138, 139, 146, 147, 148, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 177, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 197, 198

C

Cidadania 16, 25, 26, 27, 69, 81, 122, 146, 181

Cidade 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 65, 67, 74, 75, 77, 80, 81, 83, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 118, 121, 135, 167, 169, 170, 173

Conflito 64, 110, 139, 144, 145, 146, 147

Conhecimento 3, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 90, 98, 164, 165, 179, 182, 183

Contexto 6, 12, 14, 16, 17, 22, 26, 27, 32, 38, 40, 47, 48, 51, 56, 87, 92, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 105, 107, 115, 122, 125, 132, 177, 178, 181, 190

Cultura 1, 2, 3, 8, 12, 45, 49, 50, 51, 67, 68, 92, 93, 111, 118, 121, 135, 139, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

D

Dados 16, 17, 19, 32, 33, 34, 40, 42, 55, 59, 61, 62, 73, 76, 82, 86, 88, 90, 96, 107, 109, 111, 115, 117, 121, 137, 139, 140, 142, 146, 164, 172, 173, 174, 181, 182, 187, 188, 191, 192, 195, 196, 197, 198

Desenvolvimento 7, 9, 11, 17, 26, 27, 32, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 78, 81, 93, 112, 115, 121, 135, 137, 138, 148, 164, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 199

Desenvolvimento regional 64, 68, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Diversidade 7, 30, 33, 41, 67, 177, 180, 184, 190

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 40, 47, 51, 55, 59, 63, 66, 68, 69, 82, 92, 93, 118, 172, 174, 180, 190, 197, 199

Educação geográfica 199

Ensinar 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26

Espaço 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 63, 64, 65, 70, 74, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 137, 138, 141, 142, 147, 167, 169, 170, 172, 173, 179, 183, 186

Espaço geográfico 15, 22, 23, 26, 29, 98

Estudo 13, 16, 22, 24, 26, 28, 29, 31, 33, 36, 39, 42, 53, 55, 64, 69, 71, 73, 79, 80, 84, 86, 96, 98, 99, 106, 108, 137, 147, 186, 187, 188, 190, 192, 196, 197

F

Fonte 2, 4, 18, 42, 43, 44, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 77, 84, 87, 88, 89, 90, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 140, 144, 145, 182, 189, 191

Formação 8, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 46, 58, 68, 70, 71, 73, 81, 95, 96, 101, 104, 106, 107, 108, 110, 171, 183, 184

G

Geografia 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 38, 42, 52, 53, 54, 63, 64, 70, 71, 74, 81, 95, 96, 97, 99, 106, 107, 108, 135, 137, 148, 164, 170, 199

H

Humano 7, 8, 21, 22, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 98, 124, 156, 179, 189, 196

I

Indígena 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 103, 172, 181

Informação 33, 65, 69, 82, 83, 86, 93, 97, 172, 197

L

Linguagem 1, 2, 10, 12, 65, 82, 94, 168, 178, 186

Lugar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 22, 24, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 59, 60, 63, 64, 65, 73, 100, 121, 131, 139, 161, 167, 179, 183

M

Metodologia 10, 13, 17, 41, 73, 86, 115

Mobilidade urbana 42, 43, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 121, 122

Município 34, 35, 39, 40, 43, 44, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65,

66, 67, 71, 82, 87, 88, 103, 109, 112, 113, 115, 121, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 169, 182

N

Natureza 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 21, 23, 24, 26, 29, 70, 75, 96, 98, 99, 106, 108, 110, 135, 177, 178, 179

Necessidade 23, 37, 47, 50, 69, 74, 76, 78, 83, 97, 101, 102, 110, 119, 137, 147, 164, 169, 170, 173, 177, 181, 183

O

Ocupação 31, 34, 35, 36, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 98, 102, 103, 104, 112, 114, 138, 166, 196

Organização 6, 8, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 40, 45, 46, 47, 49, 50, 53, 67, 68, 69, 99, 101, 112, 147, 177, 180, 183

P

Paisagem 11, 22, 83, 84, 92, 110

Participação 54, 58, 61, 62, 64, 65, 67, 69, 91, 147, 165, 180, 197

Patrimônio 45, 50, 83, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 102, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186

Pesquisa 1, 2, 6, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 49, 50, 51, 61, 62, 65, 71, 73, 80, 82, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 106, 107, 112, 115, 118, 119, 121, 135, 136, 137, 138, 142, 147, 148, 174, 187, 188, 192, 199

Pessoas 6, 7, 15, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 40, 41, 45, 46, 53, 54, 56, 57, 58, 65, 74, 78, 110, 111, 112, 117, 119, 143, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 180, 184, 196

Poder 1, 26, 32, 34, 40, 41, 43, 45, 46, 49, 51, 52, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 81, 83, 86, 87, 88, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 111, 137, 146, 160, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 179, 184, 186

População 29, 32, 37, 49, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 91, 101, 105, 112, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 181, 189, 190, 197

Problema 3, 11, 34, 78, 110, 111, 113, 144, 146, 172

R

Relações 2, 3, 4, 7, 8, 15, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 32, 34, 36, 37, 48, 51, 63, 65, 68, 78, 91, 96, 97, 99, 137, 141, 168, 170, 171, 178, 180

Rio 7, 11, 12, 27, 38, 41, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 80, 81, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 119, 121, 122, 147, 169, 173, 174, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 198

S

Sociedade 1, 3, 6, 8, 9, 10, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 37, 38, 46, 47, 63, 68, 70, 74, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 111, 119, 139, 147, 148, 165, 169, 170, 172, 178, 180, 181, 182, 186, 187

Socioambientais 57, 69, 147

Socioeconômicas 111

T

Tecnologia 31, 37, 39, 41, 67, 148

Teórico 3, 26, 28, 29, 183

Território 6, 10, 11, 22, 36, 38, 53, 61, 66, 70, 73, 79, 82, 86, 88, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 121, 135, 137, 138, 144, 169, 174, 176, 177, 183, 184, 185, 186, 191, 199

Trabalho 2, 14, 16, 17, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 57, 67, 68, 69, 74, 96, 98, 99, 106, 109, 112, 115, 119, 121, 135, 139, 141, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 196

Turismo 51, 82, 85, 93, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 177

U

Urbano 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 85, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 111, 113, 121, 127, 168, 169, 170, 173, 174, 196

V

Violência 7, 75, 105, 109, 110, 111, 117, 121, 135, 142, 146, 148, 168



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade


Ano 2021



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade


Ano 2021